

HABEAS CORPUS Nº 548.722 - MS (2019/0357309-8)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : JOAO PAULO PEREIRA GREJO
ADVOGADO : JOÃO PAULO PEREIRA GREJO - SP294628
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PACIENTE : CARLOS RENATO DOS SANTOS (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em benefício de CARLOS RENATO DOS SANTOS contra decisão monocrática do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso que indeferiu a medida liminar formulada no *writ* originário (HC n. 1414691-63.2019.8.12.0000).

O paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime previsto no art. 14 da Lei n. 10.826/2003, em virtude do descumprimento de medidas cautelares alternativas que lhes foram anteriormente impostas.

Inconformada com o decreto prisional, a defesa impetrou o *habeas corpus* originário e, como antes relatado, o pedido liminar foi indeferido (e-STJ fls. 71/72).

Nas razões do presente *mandamus* (e-STJ fls. 3/12), a defesa afirma que o paciente faz jus à prisão domiciliar pois está com câncer de próstata, com risco de metástase (se espalhando pelas pernas), e precisa ser submetido a tratamento médico adequado.

Aduz que estão ausentes da espécie os requisitos autorizadores da prisão preventiva, especialmente a contemporaneidade: trata-se da suposta prática de crime leve, praticado, em tese, há mais 6 anos. Neste interstício, o paciente não praticou qualquer conduta típica, esteve domiciliado em endereço fixo e se encontra cursando o último ano da faculdade de fisioterapia.

A defesa requer, liminarmente e no mérito, a concessão de

liberdade provisória ao paciente ou, subsidiariamente, a imposição de medida cautelar diversa da prisão.

É o relatório. **Decido.**

O presente *habeas corpus* não merece ser conhecido.

Isso porque é assente a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar na origem, na esteira do enunciado da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, aplicável por analogia, salvo se demonstrada flagrante ilegalidade. A propósito:

PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO DE LIMINAR NA ORIGEM. NÃO CABIMENTO. SUPERAÇÃO DO ENUNCIADO N. 691 DA SÚMULA DO STF. IMPOSSIBILIDADE. ILEGALIDADE OU TERATOLOGIA. INOCORRÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. Não se admite, em princípio, a impetração de habeas corpus contra decisão que denega pedido liminar em sede de writ impetrado na origem, sob pena de se configurar indevida supressão de instância. (Enunciado 691, da Súmula do STF), ressalvadas as decisões teratológicas ou com deficiência de fundamentação, o que não ocorre na hipótese. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC n. 306.319/CE, Relator Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 09/06/2015, DJe 19/06/2015).

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DE HABEAS CORPUS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 691 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO, NO TRIBUNAL DE ORIGEM. PERDA DE OBJETO DO PRÓPRIO WRIT. AGRAVO REGIMENTAL PREJUDICADO.

1. Tratando-se de impetração contra decisão monocrática, proferida por Desembargador Relator do Tribunal Estadual, que indeferiu pedido de liminar, em que não se observa teratologia ou falta de fundamentação, não há que ser mitigada a aplicação da Súmula n. 691 do STF.

2. Nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e desta Corte, a superveniência de acórdão, apreciando o mérito do writ originário, impetrado em 2º Grau, torna prejudicada a

análise do habeas corpus, impetrado neste Superior Tribunal de Justiça.

3. Prejudicado o agravo regimental, em face da perda superveniente de objeto deste writ, pelo julgamento do habeas corpus na origem.

4. Agravo Regimental prejudicado. (AgRg no HC n. 288.056/SP, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 12/05/2015, DJe 26/05/2015).

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

No particular, verifica-se a existência de ilegalidade evidente e apta a desafiar controle antecipado por este Superior Tribunal

Consoante se observa dos autos, a decisão que indeferiu o pedido liminar na origem (e-STJ fls. 71/72) considerou, *a priori*, fundamentada a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente. Todavia, **não enfrentou, mesmo que sumariamente, o pedido de prisão domiciliar**. Confira-se, por oportuno:

Vistos, e t c . . .

*Trata-se de habeas corpus, com pedido liminar, impetrado pelo advogado João Paulo Pereira Grejo, em favor do paciente **Carlos Renato dos Santos**, acusado da prática do delito previsto no artigo 14, da Lei nº 10.826/03. Aponta como autoridade coatora o Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ponta Porã- MS.*

*Sustenta que **o paciente está acometido por câncer de próstata e que, segundo as últimas avaliações, a referida doença está se espalhando para as pernas, podendo em curto prazo, tornar metástase pelo seu corpo, razão pela qual faz jus a prisão domiciliar.***

Afirma possuir condições pessoais favoráveis, família constituída e ser estudante de fisioterapia.

Requer a concessão da liberdade provisória.

DECIDO.

É sabido que o deferimento do pleito liminar em sede de Habeas Corpus, em razão de sua excepcionalidade, enseja a comprovação, de plano, do alegado constrangimento ilegal, o que não se verifica no caso em apreço.

Da análise dos autos, ao menos em juízo perfunctório, não vislumbro manifesta ilegalidade na decisão impugnada (p.44-46), que seja capaz de ensejar o deferimento da medida de urgência, pois a prisão preventiva foi fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, tendo em vista ter o paciente descumprido, em tese, as medidas cautelares anteriormente impostas.

Assim, mostram-se, por ora, satisfatórios a fundamentação extraída da decisão que decretou a prisão preventiva, para fim de indeferir o pedido liminar.

Neste sentido é a jurisprudência:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. INDEFERIMENTO LIMINAR DA INICIAL. SÚMULA 691/STF. NÃO COMPROVAÇÃO DA ILEGALIDADE/ TERATOLOGIA ALEGADA. AGRAVO DESPROVIDO. 1 Esta Corte Superior firmou entendimento no sentido de não ser cabível habeas corpus contra decisão que indefere liminar, a não ser em hipóteses excepcionais, quando demonstrada flagrante ilegalidade, a teor do disposto no enunciado da Súmula 691 do STF: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar." 2. Na hipótese, o Tribunal de origem indeferiu a liminar, ao fundamento de que "Em que pesem os argumentos expendidos na impetração, as circunstâncias de fato e de direito não autorizam a concessão da liminar, pois não se vislumbram o fumus boni juris e o periculum in mora ensejadores da medida. O juízo cognitivo dessa fase possui âmbito restrito, razão pela qual a concessão da liminar deve motivar-se na flagrante ilegalidade do ato ou no abuso de poder da autoridade, justificando, assim, a suspensão imediata de seus efeitos. E não se verifica, no caso em análise, os requisitos necessários, devendo-se aguardar o julgamento do habeas corpus pela Turma Julgadora". 3. As possíveis ilegalidades e teratologias apontadas pela defesa, aptas à mitigação da mencionada Súmula e a justificar manifestação antecipada deste Superior Tribunal de Justiça, não são passíveis de comprovação em exame perfunctório

próprio do momento processual de apreciação da liminar. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no HC 374.907/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 13/06/2017, DJe 22/06/2017) (destaquei).

Posto isso, indefiro o pedido liminar.

Como o pedido de prisão domiciliar não foi examinado, mesmo que liminarmente, pelo Tribunal de origem, este Superior Tribunal de Justiça fica impedido de enfrentar diretamente a questão, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância. Nesse sentido:

[...] 3. Não há como examinar o alegado constrangimento ilegal decorrente da determinação da segregação do paciente, já que o Tribunal de origem não examinou a matéria sob o enfoque abordado pelo Juiz sentenciante (inovação recursal) no acórdão impugnado, configurando-se eventual atuação deste Sodalício em indevida supressão de instância, dada sua incompetência para tanto. [...] (HC 441.590/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 22/05/2018, DJe 29/05/2018, grifo nosso).

[...] Matérias não examinadas pelo Tribunal de origem, por se tratar de inovação recursal, diante da ausência de prévia análise pelo Juízo das Execuções. Inviabilidade de apreciação originária nesta Corte, sob pena de indevida supressão de instância. [...] (AgRg no HC 390.311/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/02/2018, DJe 15/02/2018, grifo nosso)

[...] 5. A inovação recursal é prática processual amplamente rechaçada pela jurisprudência do STJ. 6. Aliás, tal questão não foi sequer suscitada na origem, o que evidencia ainda a ausência de prequestionamento do tema e corrobora a patente inovação do tema recursal. Agravo regimental conhecido em parte e improvido. (STJ, AgRg nos EDcl no REsp 1565059/ES, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/03/2016, DJe 22/03/2016, grifo nosso)

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*. Contudo, **concedo a ordem**, de ofício, para

Superior Tribunal de Justiça

determinar que Tribunal de Justiça local aprecie, como entender de direito, o pedido liminar de prisão domiciliar.

Comunique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator